



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - TRABALHO INFANTIL		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1683/13	DATA: 16/10/2013
INÍCIO: 15h39min	TÉRMINO: 16h26min	DURAÇÃO: 00h47min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h47min	PÁGINAS: 17	QUARTOS: 10

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**SUMÁRIO: Eleição do 1.º e 3.º Vice-Presidentes e apresentação do roteiro dos trabalhos.**

**OBSERVAÇÕES**

Há intervenções fora do microfone ininteligíveis.  
Há expressão ininteligível.



---

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Boa tarde.

Nós iniciamos a reunião de hoje pedindo desculpas pelo atraso, mas precisávamos de um número mais elevado de participantes diante da eleição que vamos ter.

Havendo número regimental, declaramos aberta a 2<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil e dar outras providências.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da primeira reunião.

Perguntamos aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata.

**A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO** - Peço dispensa, Sra. Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Ótimo. É regimental. Vamos dispensar a leitura.

Dispensada a leitura da ata, atendendo à solicitação da Deputada Carmen Zanotto.

Não havendo quem queira discutir, em votação a referida ata.

Os Deputados que forem favoráveis à aprovação da ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunico também aos nossos companheiros que a Consultora Legislativa Dra. Maria Auxiliadora da Silva foi designada para prestar assessoramento a esta CPI.

Esta reunião também tem como primeiro ponto a eleição de novos membros.

Tivemos alguns problemas regimentais com relação à 1<sup>a</sup> Vice-Presidência, que era ocupada pela Deputada Iara Bernardi, nossa grande companheira, e também à 3<sup>a</sup> Vice-Presidência, cujo ocupante havia sido indicado por um determinado partido. Mas como o nosso companheiro Paulo César abriu a disputa pela 3<sup>a</sup> Vice-Presidência, vamos ter, mais uma vez, eleição para esses dois cargos.

Então, quero informar os Deputados que há quórum para eleição. Já temos mais de 11 Deputados e, portanto, vamos iniciar, sim, a votação.

Temos como candidato à 1<sup>a</sup> Vice-Presidência o Deputado Jean Wyllys e, para a 3<sup>a</sup> Vice-Presidência, o nosso companheiro Deputado Paulo César.



Então, os Deputados que estejam aptos a votar podem se dirigir à Mesa.

Gostaria de fazer um apelo à Deputada Carmen Zanotto para nos auxiliar no processo de votação. Peço a V.Exa. a gentileza de fazer a chamada nominal dos membros titulares e, em seguida, dos suplentes.

**A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO** - Deputada Dalva Figueiredo.  
(Pausa.)

Deputada Iara Bernardi. (Pausa.)

Deputada Marina Santanna. (Pausa.)

Deputado Adrian. (Pausa.) Ausente.

Deputada Nilda Gondim. (Pausa.) Ausente.

Deputado Osvaldo Reis. (Pausa.) Ausente.

Deputada Andreia Zito. (Pausa.)

Deputada Mara Gabrilli. (Pausa.) Ausente.

Deputado Sérgio Brito. (Pausa.)

Deputado Dr. Paulo César. (Pausa.)

Deputada Aline Corrêa. (Pausa.) Ausente.

Deputado Roberto Balestra. (Pausa.) Ausente.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** - Não.

**A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO** - Não? (Risos.) Desculpe-me,  
Deputado.

Deputada Liliam Sá. (Pausa.)

Deputada Sandra Rosado. (Pausa.)

Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. (Pausa.)

Deputado Dr. Jorge Silva. (Pausa.)

Deputado Walney Rocha. (Pausa.)

Deputada Carmen Zanotto. (Pausa.)

Deputada Antônia Lúcia. (Pausa.)

Deputada Luciana Santos. (Pausa.)

Deputado Jean Wyllys. (Pausa.)

Suplentes:

Deputado Cláudio Puty. (Pausa.)

Deputada Janete Rocha Pietá. (Pausa.)



Deputado Renato Simões. (*Pausa.*)

Deputado José Linhares. (*Pausa.*)

Deputada Gorete Pereira. (*Pausa.*)

Deputado Alexandre Roso. (*Pausa.*)

Deputada Flávia Morais. (*Pausa.*)

Deputada Magda Mofatto. (*Pausa.*)

Deputado Antônio Roberto. (*Pausa.*)

Deputada Lauriete. (*Pausa.*)

Deputada Alice Portugal. (*Pausa.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Vamos aguardar um pouco mais, para a gente complementar o número necessário. (*Pausa.*)

**A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO** - Obrigada, Professora Dorinha, que garante o quórum para a gente concluir o processo de votação.

Está encerrado o processo de votação.

Agora, vamos à apuração. (*Pausa.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Peço à Deputada Carmen Zanotto que confira o número de votantes.

**A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO** - Temos 11 envelopes, 11 cédulas.

O 1.<sup>º</sup> Vice-Presidente é o Deputado Jean; o 3.<sup>º</sup> Vice-Presidente é o Deputado Paulo César.

Parabéns aos eleitos e bom trabalho a todos nós! (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Nós agradecemos à Deputada Carmen Zanotto e parabenizamos também os Deputados Paulo César e Jean Wyllys pela eleição.

Ao mesmo tempo, chamamos os dois eleitos — o Jean já está aqui e também o Paulo — para conosco coordenarem a reunião de hoje.

Obrigada, Deputada Carmen.

Concedo a palavra ao Deputado Jean Wyllys.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Bom, eu só tenho a agradecer à Deputada Sandra o convite para que eu me candidatasse à Vice-Presidência desta CPI.



O enfrentamento do trabalho infantil é um dos temas do meu mandato, que trabalha no espectro amplo dos direitos humanos em todas as posições de sujeito, porque a infância é só uma delas, temos outras: posição étnica, de gênero, de orientação sexual, de classe social.

A gente sabe que o trabalho infantil atinge tanto mais quanto essas posições são articuladas, ou seja, se uma criança é negra, pobre e indígena, mais vulnerável a sua força de trabalho está à exploração.

Então, agradeço muito a eleição e espero que a gente possa fazer um grande trabalho.

Quero explicar, também, que a minha ausência no início da sessão se deu porque simultaneamente acontece a Comissão de Cultura, da qual sou titular e onde coordeno uma Subcomissão. Peço desculpas neste momento e agradeço mais uma vez.

Obrigado, Deputada Sandra Rosado; relatora, Luciana Santos, e meu amigo, Paulo César. Nós faremos um bom trabalho.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Obrigada, Jean.

Nós temos certeza disso. Faremos, em conjunto com os outros companheiros, um trabalho excelente.

Eu quero passar a palavra ao Deputado Paulo César.

**O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR** - Boa tarde a todos, em especial, nossa Presidente, Deputada Sandra Rosado; nossa relatora, Luciana Santos; nosso 1º Vice-Presidente, Jean Wyllys — do nosso Estado, Rio de Janeiro.

Eu quero agradecer também pela nossa eleição e dizer da satisfação de fazer parte desta Comissão, que, acho, é importantíssima, pois trata da questão do trabalho infantil, que acaba sendo trabalho escravo e exploração de menores, de uma forma muito rude, cruel.

Que nós possamos realmente fazer um belo trabalho; um trabalho que surta efeitos e que, ao final, possamos apresentar aos órgãos públicos, ao Estado brasileiro, uma resolutividade sobre essa questão do trabalho infantil.

Todos nós aqui enxergamos que lugar de criança é na escola; que elas não percam a infância e que esta seja vivida plenamente.



Então, a gente fica satisfeito de fazer parte desta Comissão. Nós somos bons de trabalho. A gente trabalha bastante nesta Casa. Podem contar comigo, pois estaremos juntos fazendo efetivamente uma política pública para que possamos favorecer e salvar milhares e milhares de crianças brasileiras.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Foram essas as minhas considerações.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Obrigada, Deputado Dr. Paulo César.

Eu quero dizer que nós iniciamos este trabalho com uma fé muito grande e uma esperança ainda maior, porque tenho certeza de que os que aqui vieram, que aqui representam seus partidos, têm realmente esse compromisso com as crianças brasileiras.

Para a nossa reunião de hoje — eu já inscreverei V.Exa., Deputado Balestra — o primeiro ponto é a apresentação dos roteiros dos trabalhos.

Eu queria saber do Deputado Balestra se ele quer usar a palavra agora ou logo após a fala da nossa relatora?

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** - Sr. Presidente, tenho outro compromisso no Ministério e só queria dizer o seguinte, Deputada: estou aqui há sete mandatos e pela primeira vez aceitei participar de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu nunca assinei requerimento para criação de Comissão Parlamentar. Então, acredito que é possível se fazer um bom trabalho e farei o que for possível para colaborar.

Eu quero deixar registrado que, ao longo de 27 anos, nunca participei e nem aceitava ser convidado para passar na porta de alguma Comissão de Inquérito. Então, é com prazer que eu faço parte desta Comissão.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Nós ficamos muito felizes, porque temos certeza de que V.Exa. tem uma contribuição muito grande a nos dar.

Eu também quero dizer ao senhor que eu só participo ou só subscrevo alguma CPI quando ela é do bem — e eu tenho certeza de que esta é do bem, porque nós vamos fazer um levantamento, e este não será um trabalho direcionado a perseguir nenhum setor, mas de buscar as informações, mostrar as autoridades



---

quais realidades estamos encontrando e propor uma legislação que possa tirar essa marca que ainda é muito forte no nosso País: a utilização de crianças ainda no trabalho que tanto pode ser rural, como pode ser na exploração de pedras ou no trabalho doméstico, o que ainda encontramos muito no nosso País.

Então, nós queremos dizer ao senhor que ficamos muito felizes e esperamos uma grande colaboração de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** - Eu quero fazer só um reparo. Eu sequer assinei para a criação, mas fui convencido pelo Líder, Deputado Arthur Lira, de que eu devia participar. Então...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Muito bem.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** - Eu quero justificar para deixar bem claro que a minha participação é realmente por vontade.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Ótimo. Nós ficamos muito felizes e recompensados também.

Bom, a finalidade do roteiro dos trabalhos é planejar as nossas ações, estabelecendo critérios e prioridades para os trabalhos que serão desenvolvidos por esta Comissão.

Inicialmente, nós vamos passar a palavra à Deputada Luciana Santos e, logo depois, nós inscrevemos os Deputados ou Deputadas que tiverem o desejo de participar.

Com a palavra a Deputada Luciana Santos, Relatora desta Comissão.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS** - Muito boa tarde a cada uma e a cada um de vocês.

Eu quero saudar aqui a nossa Presidenta da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Deputada Sandra Rosado; ao Jean Wyllys, pela eleição como 1º Vice-Presidente; ao Dr. Paulo César, pela eleição como 3º Vice-Presidente.

Eu tenho certeza de que nós faremos aqui um bom trabalho nessa perspectiva que o Deputado Balestra falou.

Eu penso que a CPI é uma ferramenta que por muito tempo teve uma leitura, ou uma prática, um papel que não era somente o seu papel. O papel da CPI não é só a denúncia ou a apologia aos desvios, desmandos, corrupção, ou seja lá o que for. A CPI também é um trabalho propositivo, é para que a gente tire consequências



---

daquele determinado fato grave que há na sociedade brasileira e sobre o que nós precisamos tomar providências.

Então, a CPI também tem um caráter propositivo, eminentemente propositivo. Aliás, a gente vivenciou isso agora na CPMI das Mulheres. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que avaliou ou que diagnosticou e levantou proposições teve papel importante, pois fez um diagnóstico da violência contra a mulher e revelou a necessidade das redes de assistência à mulher.

Acho que este é o nosso principal propósito — é isso o que nos move aqui —: diagnosticar, fazer levantamento, punir e responsabilizar, óbvio, quem transgride a lei. Mas nosso objetivo principal é tirar as crianças do trabalho infantil. É isso o que nos move.

Então, eu aqui farei a leitura do roteiro do trabalho sugerido.

Todo mundo deve estar com ele em mãos.

Visando ao bom funcionamento da CPI, sugerimos aos ilustres membros da Comissão Parlamentar do Inquérito do Trabalho Infantil o presente roteiro de trabalho, que, através das atividades investigatórias, permitirá a formação do bom convencimento dos Parlamentares sobre o trabalho infantil no Brasil.

Fase 1 - diagnóstico.

a) Realizar o levantamento dos relatórios de fiscalização, análise e/ou auditoria já existentes no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Ministério do Trabalho e Emprego, da Secretaria dos Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Educação, do Ministério Público do Trabalho, da Procuradoria-Geral da República e da Organização Internacional do Trabalho.

Por sinal, na semana passada instalamos a CPI em pleno encontro da OIT em nosso País, na presença de várias entidades e países representados, inclusive com a presença da nossa Presidenta Dilma e do ex-Presidente Lula, que lá fizeram palestras acerca do assunto.

b) Efetivar convites a autoridades, especialistas, representantes de organismos governamentais e não governamentais; entidades sindicais, entidades patronais e personalidades de acúmulo sobre a temática investigada.



c) Realizar o levantamento de estudo sobre a legislação e normas correlatas ao assunto em âmbito nacional, bem como acordos e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

d) Identificar as ações e programas que já estão sendo realizados pelos órgãos federais.

e) Instalação de uma linha telefônica 0800 e/ou portal a ser disponibilizado pela Câmara dos Deputados para receber denúncias e sugestões.

Fase 2 - diligências:

a) Proceder a diligências e investigações *in loco* das denúncias de trabalho infantil e de trabalho ilegal dos adolescentes que já foram verificadas através dos órgãos competentes.

b) Realizar audiências públicas internas e externas com oitivas de testemunhas (vítimas e investigados), garantindo-se a presença da CPI necessariamente nos Estados onde a situação do trabalho infantil está mais crítica.

II - Do método.

Para a consecução desses objetivos deverão ser empregados todos os métodos permitidos por lei à CPI, especificamente audiências públicas com convidados, audiências públicas com convocados a prestar esclarecimentos a esta CPI, visitas aos Estados de situação mais grave, mesas de debates, seminários e requerimentos de informação aos órgãos competentes.

III - Da elaboração do relatório.

a) Elaborar uma análise de todas as proposições relativas ao combate ao trabalho infantil e à proteção do trabalho do adolescente em tramitação nesta Casa e no Senado federal, com o objetivo de recomendar o ágil andamento das que estiverem em consonância com o posicionamento da CPI.

b) Realização de Comissão Geral no plenário da Câmara dos Deputados para debater o combate ao trabalho infantil e a proteção do trabalho do adolescente.

c) Elaboração do relatório em si, com sugestões de providências, de projetos de lei voltados ao aperfeiçoamento da legislação em vigor e ao suprimento de lacunas eventualmente existentes.

Então, essa é a proposta de roteiro de trabalho.



Eu só queria, de antemão, agradecer muito a participação de integrantes da Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e de outras organizações que já vêm, desde o primeiro momento, Sra. Presidenta, participando aqui das audiências, como a ABRINQ, a Confederação Nacional da Indústria, o Presidente da ANAMATRA, o CONANDA, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, a Fundação Itaú, porque eu penso que quanto mais viva for a participação da sociedade civil organizada, mais nós chegaremos perto da verdade, mais nós teremos acesso aos diagnósticos, às informações e às ferramentas concretas, na perspectiva de erradicarmos o trabalho infantil.

Então, eu acho que nós temos que ter esse equilíbrio de sermos abertos, de termos sempre o bom senso, mas também sendo muito rígidos e firmes, porque, de fato, o trabalho infantil é algo que não cabe em pleno século XXI. E nós temos a responsabilidade, como mandatários do poder popular, de fazer valer as regras da legislação brasileira e até internacional sobre isso.

A Deputada Presidenta da CPI lembrou também que valeria a pena observarmos experiências exitosas do mundo inteiro para subsidiar os trabalhos da Comissão.

E acho que no Brasil, em que pese estarmos em situação muito positiva — de 2002 para 2011 o Brasil deu um salto muito grande e quase que dobrou, em relação à média mundial, a taxa de erradicação do trabalho infantil. Foi de 37% a taxa de erradicação do trabalho infantil no mundo todo; no Brasil, 67% —, é muito necessário que apuremos melhor quais foram as ferramentas, as políticas públicas que fizeram valer esses indicadores, para que as descubramos, as acentuemos, as aproveitemos melhor e até para que as aperfeiçoemos, se assim acreditarmos ser necessário.

E também, segundo os dados, essa questão acontece muito no Norte e Nordeste, na atividade rural.

São esses, portanto, o nosso objeto, o nosso alvo, para podermos ter esse olhar.

Então, era isso que eu tinha a dizer, Sra. Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada, Deputada Luciana Santos.



Eu quero, antes de passar a palavra aos Deputados que se inscreveram, registrar a presença do Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. E quero inclusive comunicar aos demais membros e principalmente à Deputada Luciana que ele se dispõe a fazer um trabalho de apoio às nossas atividades não somente aqui, mas em todos os Estados.

Eu quero passar a palavra à primeira inscrição feita.

Vamos seguir o roteiro, antes, porém, elogiando a sugestão apresentada pela Deputada Luciana Santos para as nossas atividades, inclusive registrando essa questão de verificarmos experiências exitosas em outros países a respeito do trabalho infantil e a forma como isso foi corrigido.

Passo a palavra à primeira inscrita, Deputada Flávia Moraes.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Obrigada, Sra. Presidenta, Deputada Sandra Rosado.

Gostaria de parabenizar a Mesa que dirige os trabalhos da CPI do enfrentamento ao trabalho infantil aqui; a nossa Relatora, a Deputada Luciana; o Vice-Presidente Jean Wyllys; o Deputado Dr. Paulo César também, que está aqui presente; de reafirmar a nossa confiança nos trabalhos da CPI aqui da Câmara Federal. Eu, que já fui Deputada Estadual, sei o quanto é diferente o trabalho da CPI aqui na Câmara Federal e eu tenho a honra hoje de ser Relatora da CPI do Tráfico de Pessoas.

Inclusive, agora, no dia 22, na terça-feira próxima, nós estaremos já aprovando o relatório parcial, onde a CPI vai apresentar uma sugestão legislativa para um projeto legislativo que vai oferecer sugestões de todo o trabalho que nós fizemos, já amadurecidas, de alteração do Código Penal, do Processual Penal, do Estatuto da Criança e do Adolescente, do estatuto dos estrangeiros, do estatuto dos imigrantes, e, com certeza, criar uma forma, condições de um enfrentamento mais tipificado do tráfico de pessoas.

Ainda hoje nós estivemos com o Deputado Dr. Paulo em Formosa levando também àquele Município o relatório, fruto dos trabalhos da CPMI da Violência contra a Mulher. Formosa é o Município que lidera o *ranking* dos Municípios onde há maior índice de denúncias de violência contra a mulher. Amanhã será o julgamento



---

da Fernanda, que foi assassinada há pouco tempo pelo companheiro, e a cidade é a 20ª também do País nesse mesmo ranking. Então, nós lá estivemos articulando a rede e pudemos levar um material enorme, dados concretos de um trabalho que foi muito benfeito pela CPMI da Violência contra a Mulher. Hoje nós estamos reiniciando os trabalhos da CPI de investigação do trabalho escravo no País. Então, eu fico orgulhosa em fazer parte deste grupo de trabalho. Eu quero me colocar à disposição.

Quero dizer que o nosso País, com certeza, tem bons índices, e nós sabemos por quê: ao longo dos últimos anos, nós avançamos muito através do Sistema Único de Assistência Social. Eu fui Primeira-Dama no primeiro mandato, de 1993 a 1996. Naquela época nós não tínhamos nenhuma política pública de assistência social. A Assistência Social era assistencialista, não tinha diretriz, não tinha norte. Cada Primeira-Dama era o “primeiro-damismo”: cada Primeira-Dama fazia o que tinha na cabeça, de coração e com a ajuda de quem podia, porque nem recurso nem orçamento, nada tinha. Eu lembro que, na época, eu criei a Escola Coração de Mãe, que era justamente o extraturno, que oferecia cursos alternativos pra crianças, pra que elas não ficassem na rua.

No segundo mandato do meu esposo, quando eu fui Primeira-Dama pela segunda vez, eu pude conhecer o PETI, que é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Eu fiquei maravilhada! Sempre falava, em todas as falas, que era o melhor programa social que eu conhecia desde então. E o mais importante do PETI é que hoje ele chega a todos os Municípios brasileiros. Então, não é um programa de amostra, que acontece em alguns lugares do País, é um programa que está em todos os Municípios brasileiros.

Então, com certeza, o resultado desses dados que você colocou, Luciana, é fruto realmente desse programa, e a gente sabe que a execução pode ter seus problemas, e nós vamos investigar, vamos avaliar, eu acho que é importante avaliar. Mas dos outros programas que eu conheço eu executei quase todos que nós temos e depois eu fui Secretária de Estado também, então, a gente pode acompanhar quase todos os programas sociais. É um programa que a gente vê que tem tido uma boa execução no nosso País. Então, a gente fica satisfeita de poder contar com instrumentos como esse.



Eu acredito que os trabalhos da CPI vão ajudar muito a aperfeiçoar, como vocês falaram. Nós queremos é a excelência, nós queremos é mais. E essa pauta é muito abrangente, intersetorial. Então, nós vamos trazer pra cá. E eu queria colocar como sugestão de podermos trazer pra cá, diante dessa discussão, algumas questões que ainda são melindrosas e que eu acredito merecem uma atenção especial desta CPI. Uma delas se trata justamente das condições de trabalho dos nossos Conselhos Tutelares, os nossos Conselhos Tutelares que têm a função de estar agindo, protegendo as nossas crianças, acompanhando o trabalho infantil e que, muitas vezes, não têm estrutura suficiente pra fazer o que poderiam fazer, o que deveriam fazer. E a gente não pode simplesmente jogar a responsabilidade nos Municípios e falar que os Municípios têm que priorizar. Nós precisamos, sim, garantir recursos, talvez, recursos federais, a questão das eleições dos Conselheiros, a capacitação contínua, as eleições coincidentes. Então, são assuntos que eu já vi sendo debatidos aqui em outros momentos. Mas acho importante que esta CPI consiga fazer um apanhado de tudo isso, e que a gente possa, assim, apresentar alguma coisa forte, representativa, em nome da CPI, pra que a gente possa, sim, garantir condições de trabalho pros nossos Conselhos Tutelares de todos os Municípios brasileiros.

Então, fica aqui a nossa disposição de estar trabalhando e apoiando os nobres colegas neste importante trabalho aqui da Câmara Federal.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Obrigada, Flávia.

Eu peço permissão à Deputada Marina, porque Jean está precisando fazer uma conexão exatamente com a fala de Flávia. Gostaria de saber se V.Exa. abre...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Está certo.

Então, eu passo a palavra para Jean e, logo em seguida, para a Deputada Marina.

**O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR** - Sra. Presidente, eu queria rapidamente aqui só pedir licença à nossa Presidente, à Mesa, aos companheiros e às companheiras aqui também desta Comissão, porque eu tenho uma audiência agora, às 16h30min, no Ministério da Saúde, junto com os professores lá da Universidade Federal do Rio, e ela já está marcada há 3 meses, entendeu? (Risos.)



---

Então, eu peço licença aqui pra gente estar comparecendo lá no Ministério da Saúde, e estamos juntos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - O.k. Obrigada.

(Intervenção inaudível fora do microfone.)

**O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR** - Tá bom, Flavinha, Obrigado.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Obrigado, Paulo.

Deputada Marina, minha amiga, obrigado por esta concessãozinha, mas é porque a sugestão da Deputada Flávia tem a ver com algo que eu já estava pra dizer pra Deputada Luciana, Relatora, como sugestão: incluir no relatório não só uma conexão com o que já se produziu na CPI do Tráfico de Pessoas, como na CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, da qual eu sou o 1º Vice-Presidente também. Então, a gente sabe que esses três fenômenos, digamos assim, estão inter-relacionados: a exploração sexual de criança e adolescente, o trabalho infantil e o tráfico humano para fins de exploração do trabalho infantil e da exploração sexual.

Então, seria interessante que esta CPI tivesse acesso aos relatórios já produzidos por essas duas CPIs, pra gente fazer um trabalho inter-relacionado. Eu acho que ganha o Parlamento, ganha a Câmara, ganham as três CPIs e ganha a sociedade. Era só essa sugestão.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Com a palavra a Deputada Marina. Ele cumpliu bem direitinho. A concessão foi feita bem pequenininha.

**A SRA. DEPUTADA MARINA SANTANNA** - (Risos.) Mas é sempre um prazer também parar e ouvir o Deputado Jean Wyllys. É muito querido.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - (Risos.) É eu entendo, eu sei. Com certeza.

**A SRA. DEPUTADA MARINA SANTANNA** - Bom, eu, assim, fico muito feliz em poder participar desta CPI. Como disse a Flávia, a Deputada Flávia, a gente esteve hoje de manhã numa visita ao juiz e numa audiência pública, mas nós chegamos até a ir em função do que nós tínhamos equalizado de dados na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher, que nos ofereceu os dados oficiais e outros dados de referência.



Deputada Luciana, pra gente eu acho que é muito importante a gente ter dados dos quais a gente possa partir, até pra poder observar pra onde a gente deve ir, quais são as questões a que a gente deve se ater. Eu até comentava com o nosso secretário da Comissão, e ele já me apontou que nós já temos uma assessoria pra esse conteúdo. Porque, quando nós escolhemos ali na CPMI aonde ir, nós escolhemos — a Deputada Luciana também participou da CPMI, eu acho, da Violência contra a Mulher —, nós tivemos a oportunidade de fazer uma sequência de lugares a partir da incidência. Nesse caso específico, eu não sei. Eu sei que teve o evento da OIT agora. A gente vai ter alguns dados e tudo, mas a especificação em quais Estados, em quais Municípios poderá haver mais incidência dessa violência, que é o trabalho infantil; como a gente pode fazer para poder detectar os mecanismos que não estão ou que estejam ausentes na fiscalização ou que estejam presentes nessa fiscalização.

Porque eu acredito — mas aí é hipotético pra mim, eu preciso ser corrigida se estiver errada — que o trabalho doméstico infantil é o que é mais difícil de chegar até ele, porque a família, os pais entregam a criança, e na família que recebe, ninguém tem interesse, então, em contar essa história. No caso da violência contra a criança, a violência física e psicológica, aconteceu um caso lá na nossa cidade de Goiânia. A Delegada pegou a menina, que foi entregue nessas condições, pegou algemada, e ela era obrigada a coisas indizíveis, assim, pela pessoa que deveria cuidar dela, para quem a mãe levou para que cuidasse dela. Assim, situação absurda: a língua toda cortada de tortura, as unhas do pé já não existiam. Então, a mãe levou pra que ela pudesse cumprir esse tipo de função: um trabalho doméstico, e aí poder estudar e poder ter nova vida, diferente da que a mãe achava que podia oferecer. Então, assim, esse tipo de coisa é difícil de encontrar, mas talvez seja dos mais importantes, junto com carvoaria, junto com esses lugares todos, onde existe uma situação de trabalho não só degradante, como trabalho escravo mesmo da criança.

Então, eu quero parabenizar a nova conformação da nossa Mesa, os nossos dirigentes dos nossos trabalhos, colocar-me à disposição, dizer que tenho interesse em conhecer, participar e ajudar, e a gente buscar saídas e soluções pra tudo isso.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Seu aniversário foi ontem, não é isso?



**A SRA. DEPUTADA MARINA SANTANNA** - Foi anteontem. (*Risos.*) Mas obrigada. Obrigada, queridos. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Parabenizo essa doçura que é a Deputada Marina, e parabéns com votos de muitas felicidades.

Como nós não temos mais nenhum orador inscrito, eu queria colocar em votação o roteiro que foi apresentado pela nossa Relatora, Luciana Santos.

Pois não, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Só pra tirar dúvida: os horários vão ser fixos, sempre nesse horário, nesse dia, as reuniões?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Nesse horário, nesse dia.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - O.k.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Vou ler agora aqui um pouquinho.

Então, foi aprovado o roteiro de trabalho...

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS** - E acatadas as sugestões, tanto de Flávia sobre essa questão dos Conselhos Tutelares, do PETI, como também essa de Jean e a sua, Deputada Sandra Rosado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - A de Jean, inclusive, eu quero só alertar para um ponto: eu acho que a Deputada Flávia é quem está mais adiantada no relatório, pra ele poder absorver algumas informações. Não sei do outro como é que está a situação, porque ainda não...

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - (*Ininteligível*) está adiantado, e é a Liliam Sá que é a Relatora. Mas a gente já produziu muitas oitivas, muitas diligências, e já tem o relatório parcial. Desculpe-me.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Sei. Certo.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS** - Não... (*risos*).

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Mas nós poderemos, então, marcar...

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS** - Essa parte que nós vamos apresentar agora, a parcial, é só a parte legislativa dessas alterações legislativas. E nós vamos deixar para o relatório final a parte de acompanhamento de casos e o



---

direcionamento dos casos, que deve ser para o final do ano, ano que vem, ainda. Mas hoje nós já nos sentimos maduros pra apresentar essa parte legislativa, porque nós acreditamos que precisa começar a tramitar.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Sim. Só para repetir, porque eu falei fora do microfone. A Relatora da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é a Deputada Líliam Sá. A CPI já realizou uma série de oitivas e diligências, já ouvimos várias pessoas envolvidas em casos denunciados à CPI, já há um relatório parcial a que a Deputada Luciana Santos pode ter acesso, claro. Não é um relatório completo, mas é um relatório parcial. E à medida que a CPI da Exploração for andando, esta também vai estar andando, e a gente vai estar em conexão.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Muito bem. Então, como foi aprovado o roteiro dos trabalhos, eu vou dar algumas informações com o objetivo de criar uma celeridade maior para os trabalhos da Comissão. Então, nós vamos propor as seguintes orientações.

As reuniões da CPI serão comunicadas sempre por *e-mail*. Os Deputados que desejarem sugerir nomes a serem ouvidos em audiência pública, requerer diligências, tomar depoimentos de autoridades, requisitar documentos, etc. devem apresentar requerimentos por escrito, com a devida antecedência, junto à Secretaria da CPI, para a publicação na Ordem do Dia.

Nas reuniões de audiência pública ou tomadas de depoimentos, os Deputados interessados em tecer considerações deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. A Relatora disporá do tempo que for necessário para as suas considerações. O autor do requerimento terá o prazo de 10 minutos para tecer suas considerações, computados nesse tempo o prazo para as respostas dos expositores. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 5 minutos para tecer considerações, computado nesse tempo o prazo das respostas dos expositores.

Nos deslocamentos da CPI para outras regiões do País, com o intuito de apurar denúncias ou realização de diligências, esta Presidência requer ao Plenário a outorga para que os Deputados que estiverem representando a Comissão tenham autonomia para deliberar enquanto e somente durante o deslocamento. Tal requerimento se faz necessário quando da necessidade de realização de diligências



---

no local ou mesmo convite de expositores e convocações de testemunhas. Na ocorrência de tais casos, um dos membros que estiver representando a CPI deverá ser escolhido para redigir um relatório das ações realizadas, que será apresentado aqui no plenário.

Nós queremos, assim... Um detalhe que foi perguntado pela Deputada Flávia: nós nos reuniremos sempre às quartas-feiras, neste horário de 14h30min, que é um horário que eu considero de certa forma razoável para o atendimento das várias atividades que nós realizamos no mesmo tempo (*risos*), e haverá uma variação apenas de plenário, porque nem sempre nós vamos conseguir o mesmo plenário pra essas nossas reuniões.

Então, eu coloco aqui essas orientações a serem submetidas a votação, discussão e aprovação. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Eu gostaria de chamar a atenção e solicitar dos nossos companheiros não somente a frequência dos que aqui estão ou estiveram, mas também o incentivo aos outros companheiros que possam ser sensibilizados a comparecerem às reuniões da CPI. É um trabalho que eu considero extremamente importante. Sei que também os nossos companheiros todos, Deputados e Deputadas, consideram-no de muita importância. Nós temos uma assessoria que, na verdade, é muito boa. E eu tenho a absoluta convicção de que poderá se tornar um tema que apaixone muitos outros companheiros que aqui não puderam comparecer.

Alguém gostaria de tratar de mais algum aspecto aqui da nossa reunião? (*Pausa.*)

Então, nada mais havendo a tratar, nós vamos encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados e Deputadas para a próxima reunião a se realizar no dia 23 de outubro, às 14h30min, em plenário a ser informado.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.